



DIVIDENDO DEMOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Carlos Arnaldo

Director e investigador do Centro de Pesquisa em População e Saúde (CEPSA)

Email: carnaldo@cepsamoz.org

Rogers Hansine

Docente e investigador do Departamento de Geografia da UEM

Email: rogers.hansine@yahoo.com

Artigo preparado para
IV Conferência académica internacional do IESE: “Estado, Recursos Naturais e Conflito: Actores e Dinâmicas

Maputo, 27 e 28 de Agosto

Maputo, Agosto de 2014

Abstract

No processo da sua evolução, todos os países passam de um regime de elevadas fecundidade e mortalidade para um regime de baixas fecundidade e mortalidade, num processo denominado por transição demográfica. Durante a transição demográfica ocorrem mudanças na estrutura etária da população caracterizadas por um aumento da proporção da população em idade activa e diminuição da população dependente (menores de 15 anos e população com 65 ou mais anos de idade). Este aumento da proporção da população em idade activa pode gerar efeitos positivos no crescimento económico e bem-estar da sociedade, num processo geralmente denominado por dividendo demográfico. Contudo, o dividendo demográfico só pode constituir uma janela de oportunidade para o crescimento económico, assim como para o desenvolvimento humano e social se grande parte desta população tiver acesso ao ensino e cuidados sanitários abrangentes, bem como, emprego produtivo. No entanto, assegurar a sua absorção no mercado de trabalho, constitui um desafio, sobretudo para os países em vias de desenvolvimento. Os dados demográficos de Moçambique indicam que o país iniciou o seu processo de transição demográfica e poderá, em consequência disso, experimentar num futuro próximo o seu dividendo demográfico. Este artigo, analisa as oportunidades aliadas as mudanças na estrutura da população em Moçambique e os desafios que se levantam a nível de políticas socioeconómicas que permitam tirar proveito do dividendo demográfico.

1. Introdução

A população de Moçambique tem vindo a experimentar um ritmo de crescimento acelerado no último meio século. O último censo da população realizado em 2007 registou uma população de 20.6 milhões de habitantes e os dados das projeções indicam uma população de 25.0 milhões em 2014 (INE, 2010). Nos próximos anos a população continuará a crescer a uma taxa média anual superior a 2%, podendo atingir cerca de 50 milhões de habitantes por volta de 2040 (INE, 2010; United Nations, 2013). Este crescimento, fruto da dinâmica das suas principais componentes (natalidade, mortalidade e migração) poderá ser acompanhado por transformações na estrutura etária da população.

A demografia, a ciência da população interessa-se pelas dinâmicas do crescimento demográfico e procura analisar as transformações do tamanho, composição e estrutura da população. Nesse contexto, os demógrafos criaram e desenvolveram as teorias de transição demográfica. De acordo com estas teorias, no processo da sua evolução, as sociedades passam de um regime de elevada natalidade e mortalidade para um outro onde ambas taxas de natalidade e mortalidade são baixas.

O processo de transição demográfica, começa com o declínio da mortalidade enquanto os níveis de fecundidade permanecem ainda elevados. Em consequência, o crescimento populacional é rápido existindo uma maior proporção dos jovens (0-14 anos) em relação a proporção da população em idade de trabalhar (15-64 anos). Na sequência do declínio da mortalidade a fecundidade também declina, reduzindo o número anual de nascimentos. Com a fecundidade a diminuir e a esperança de vida a aumentar, dada a redução da mortalidade, e ignorando o efeito das migrações, ocorre uma redução significativa da proporção dos menores de 15 anos e aumento da proporção da população dos 15-64 anos.

O aumento do peso da população em idade de trabalhar (15-64 anos de idade) pode constituir uma janela de oportunidade para o crescimento económico se grande parte da população, particularmente a população economicamente activa, gozar de boa saúde, tiver acesso a formação e a um emprego decente, seguro e produtivo. Na ausência dum quadro político-

institucional que assegurem o acesso da população a cuidados de saúde, educação adequada, e sua absorção no mercado de trabalho, a população em idade de trabalhar pode ter um impacto significativamente fraco, ou mesmo negativo no crescimento económico e no desenvolvimento humano e social dos países.

Por meio da revisão bibliográfica e da análise dos dados estatísticos sobre a dinâmica demográfica de Moçambique, este artigo analisa os prospectos do dividendo demográfico em Moçambique. O artigo procura investigar as oportunidades e os desafios associados com as mudanças que poderão ter lugar na estrutura da população em Moçambique e que podem configurar o dividendo demográfico, numa altura em que este país inicia o seu processo de transição demográfica.

2. O que é dividendo demográfico

O dividendo demográfico é uma oportunidade de um crescimento económico robusto que pode resultar do rápido declínio da fecundidade e da consequente mudança na estrutura etária da população (Graff & Bremner, 2014). Portanto, o conceito do dividendo demográfico pode ser a peça-chave para compreender a complexa relação entre população e desenvolvimento (Bloom *et al.*, 2013; Cuaresma, Lutz, & Sanderson, 2014). O dividendo pode ser interpretado como o ganho económico que resulta directamente da mudança da estrutura etária, em consequência do processo da transição demográfica (Olsen, 2012). A noção de dividendo demográfico resultou da constatação de que a medida que a transição demográfica toma lugar, a estrutura da população modifica-se, passando duma estrutura demográfica jovem onde prevalece uma elevada razão de dependência (relação entre a população em idade inactiva –menores de 15 anos e maiores de 65 anos - e população em idade activa - 15-64 anos) para uma estrutura demográfica relativamente adulta e com baixa razão de dependência. Evidências empíricas demonstram que a queda da razão de dependência, resultante da transição demográfica, está positivamente correlacionada com o crescimento económico no contexto dos países do sudeste da Ásia (Cleland, 2012).

Elucidando esta ligação entre a baixa razão de dependência, resultante das mudanças na estrutura etária, e o crescimento económico, Bloom *et al.* (2007), defendem que o comportamento económico dos indivíduos é variável de acordo com o estágio etário; portanto, as mudanças da

estrutura etária de um país podem ter impactos no desempenho económico. Bloom *et al.* (2007) sustentam que um país com elevada proporção de menores de 15 anos tenderá a destinar maior parte dos seus recursos para o cuidado destes menores, comprometendo o seu crescimento económico. O mesmo ocorre se a proporção da população com 65 ou mais anos de vida aumenta relativamente a população total, pois a razão de dependência também aumenta. Entretanto, se a maior parte da população é composta por população em idade activa, isto é, de 15-64 anos, a razão de dependência é baixa e pode-se esperar que esta concentração de população em idade activa possa contribuir significativa e positivamente para o crescimento económico.

Usando o modelo da transição demográfica de três fases, Eastwood & Lipton (2011:13) explicam como a razão de dependência se vai alterando em cada uma das fases. Na primeira fase, a razão de dependência cresce aceleradamente dado que a mortalidade decresce e a natalidade vai decrescendo muito ligeiramente; na segunda fase, a razão decresce rapidamente dado que ambas taxas de mortalidade e natalidade decrescem. Finalmente, na terceira fase, a razão de dependência volta a aumentar em virtude do sustentado declínio da natalidade e da mortalidade que tem consequência no aumento do peso relativo da população de 65 e mais anos de vida no tamanho da população.

O período entre a primeira e a terceira fase da transição, quando a razão de dependência decresce rapidamente é o que configura-se como uma janela de oportunidade que os países têm de poder usar os recursos disponíveis para incrementar de forma significativa o crescimento económico (Bloom *et al.*, 2013; Lee & Mason, 2006). Contudo, o dividendo demográfico só é possível quando os níveis de empregabilidade e produtividade da economia são mantidos em crescimento, de modo a que a crescente força de trabalho, devidamente escolarizada e gozando de bom estado de saúde, possa incrementar a sua contribuição no crescimento da economia (Bloom *et al.*, 2007; Choi, 2013; Mason, 2007).

Todavia, Lee & Mason (2006) notam que na fase final da transição demográfica a razão de dependência volta a aumentar devido ao aumento do peso relativo da população de 65 ou mais anos de vida, podendo originar um segundo dividendo demográfico como resultado das poupanças e dos investimentos em capital durável que foram feitos pela população que está a entrar na idade de reforma (Eastwood & Lipton, 2011; Lee & Mason, 2006).

Em suma, a literatura sugere que existem dois dividendos demográficos. O primeiro dividendo demográfico, resulta de uma sustentada e continuada redução da taxa de fecundidade ao mesmo tempo que a mortalidade diminui, tal como ocorreu no sudeste asiático, enquanto o segundo dividendo demográfico resulta do aumento da esperança de vida o que possibilita que a população que entra na idade de reforma possa desfrutar dos investimentos feitos ao longo da sua vida economicamente activa (Ross, 2004). Para Pool (2007), os dois tipos de dividendo demográfico têm evidência empírica baseada na história dos países desenvolvidos como o Japão (segundo dividendo), e nos países de desenvolvimento médio como a Tailândia (primeiro dividendo). Argumenta-se que os dois dividendos tendem a ocorrer sequencialmente, sendo que o primeiro dividendo comporta um bónus transitório enquanto o segundo transforma o bónus transitório em capital durável e sustentável (Lee & Mason, 2006).

3. Dividendo demográfico na África Subsaariana

As possibilidades de a África Subsaariana tirar proveito do dividendo demográfico têm gerado enorme interesse, particularmente pelo facto da região da África subsariana estar muito atrasada no que diz respeito à transição demográfica em relação ao resto do mundo e pela evidência de muitos dos países desta região já terem iniciado a transição demográfica (Bloom & Williamson, 1998). O exemplo de alguns países asiáticos na obtenção de ganhos económicos como resultado das mudanças na estrutura etária da população pode servir de inspiração para a África subsaariana. Está documentado que pelo menos 1% do crescimento do rendimento per capita dos países do sudeste asiático a partir das décadas de 1960 e 1970 resultou directamente da transição demográfica (Bloom *et al.*, 2013; Lee & Mason, 2006; Mason, 2007). Consequentemente, entre a comunidade académica e política o debate sobre as possibilidades reais dos países da África subsaariana, poderem vir a experimentar o dividendo, tem vindo a intensificar-se.

Segundo Bloom *et al.* (2013), o facto de a África subsaariana partilhar os mesmos princípios económicos das outras partes do mundo, abre fortes possibilidades de a transição demográfica em curso nesta região vir a produzir um bónus económico. Eastwood & Lipton (2011), por exemplo, estimam que a queda da razão de dependência de 94% para 86%, entre 1985 e 2005, acelerou o crescimento do PIB per capita em 0.32% por ano e incrementou o consumo per capita

em 0.12%. Contudo, chama-se atenção para não se estabelecer um paralelismo entre o sudeste asiático e África subsariana no que diz respeito a materialização e capitalização do dividendo demográfico. Por um lado, a velocidade do crescimento natural é maior na África subsariana do que o que foi observado na Ásia; por outro lado, nesta fase inicial da transição demográfica os níveis de poupanças na região subsariana são muito baixos em comparação com os do Sudeste da Ásia no início da transição; portanto estes aspectos sugerem que a materialização e a capitalização do dividendo demográfico na África Subsariana poderá ser diferente da Asiática (Eastwood & Lipton, 2011).

Entretanto, do ponto de vista demográfico, a transição demográfica e a consequente tendência da queda da razão de dependência afiguram-se bastante realísticos na vasta maioria dos países da África subsariana nas próximas duas décadas, contudo, a capitalização destas mudanças demográficas a favor do crescimento económico não acontece automaticamente. Ela dependerá dum massivo e sistemático investimento no capital humano e de reformas político-económicas e institucionais. Mason (2007) e Lee & Mason (2006) referem que tal como sucedeu na América Latina e nos países da África do norte, em que as quedas de razão de dependência em consequência da transição demográfica não se traduziram num dividendo demográfico, é plausível que o mesmo suceda na África subsariana. Os ganhos económicos que podem resultar de uma estrutura demográfica favorável não tem lugar automaticamente, eles dependem fundamentalmente de investimento no capital humano e no quadro político-institucional de cada país (Cleland, 2012).

Segundo Choi (2013), não está claro quão os países da região da África subsariana aprenderam do sudeste Asiático, da América Latina e da África do Norte no que concerne a necessidade de investimento no capital humano e na criação de um quadro económico e político-institucional favorável para materializar e capitalizar o dividendo demográfico. Portanto, é importante que, em primeiro lugar, os países da África subsariana avaliem, individualmente o seu progresso no que diz respeito a transição demográfica de modo a determinar os passos económicos e políticos assim como os arranjos institucionais necessários para materializar e capitalizar o dividendo demográfico (Bloom *et al.*, 2007).

Avaliando a realização do dividendo demográfico e a eventual magnitude desse dividendo na África subsaariana, Eastwood & Lipton (2011) notam que, antes de mais, é preciso tomar em conta a diversidade dos países desta região no que diz respeito às fases em que cada um deles está no processo de transição demográfica. Além disso, em cada país prevalecem desigualdades na transição demográfica entre os espaços urbanos e espaços rurais, sendo que estes estão mais atrasados que aqueles.

A nível da África subsaariana os indicadores demográficos mostram que o pico do crescimento natural assim como da razão de dependência foram atingidos em 1980 e 1985, respectivamente (Choi, 2013). A altura em que se atinge o pico do crescimento natural e da razão de dependência constituem indicadores da abertura da janela de incrementar o investimento de avanço para materializar e capitalizar o dividendo; na sequência do pico da razão de dependência, esta começa a decrescer e quando atinge aproximadamente 60% abre-se a janela de baixa razão de dependência que é o segundo e decisivo momento de investimento para materializar e capitalizar o investimento de avanço efectuado (Choi, 2013). É importante realçar que o volume e a natureza dos investimentos quer de avanço quer de materialização e capitalização do dividendo variam de país para país consoante diversos factores de natureza demográfica, económica e política. Acima de tudo, a materialização do dividendo demográfico depende dum investimento contínuo no capital humano.

Concluindo, na sua análise, Choi (2013) sugere que a nível da África Subsaariana, os países da África Austral foram os primeiros a ter a janela de investimento inicial aberta por volta de 1978. Para os países da África Oriental, onde Moçambique é incluído, a janela de investimento inicial teve início em 1984. Porém, para os países da África ocidental e central a janela de investimento inicial é relativamente tardia, estando situada em torno do ano 2000. Estas divergências devem-se aos diversos estágios em que cada país atravessa no que diz respeito à transição demográfica. De facto, o início e o avanço sustentável do processo transição demográfica constitui a condição necessária, mas insuficiente para efectivamente materializar e capitalizar o dividendo demográfico.

4. Prospectos de um dividendo demográfico em Moçambique

A transição demográfica

Como referido nas secções anteriores, o dividendo demográfico decorre da transição demográfica, embora a sua materialização e capitalização dependam de opções político-económicas de cada país. Portanto, as possibilidades de Moçambique poder experimentar o dividendo demográfico têm que ser vistas nesta perspectiva. A literatura sobre a dinâmica demográfica em Moçambique, sugere que este país está entre o grupo dos países da África Subsaariana cujo o processo de transição demográfica está nos estágios iniciais; um estágio caracterizado por níveis de fecundidade elevados e mortalidade em declínio, ainda que a níveis ainda elevados (Arnaldo, 2013; Francisco, 2011; Shapiro & Gebreselassie, 2009) (Gráfico 1).

Em Moçambique, em consequência do declínio progressivo da mortalidade adulta e, sobretudo da mortalidade infantil, e da manutenção do nível de fecundidade, nos últimos 50 anos, a população tem estado a crescer a uma taxa crescente e, de acordo com as projecções para os próximos anos, a população continuará a crescer a uma taxa média anual de pelo menos 2% até 2050 (Gráfico 2). A taxa de mortalidade infantil reduziu de 231 óbitos por mil nascimentos, em 1950, para 64 por mil em 2011 (Gaspar, 2002; INE, 2010; INE & MISAU, 2013); a esperança de vida ao nascer aumentou em cerca de 67%, passando de 35 anos, em 1950, para 51 anos, em 2007 (Arnaldo & Muanamoha, 2013).

[Gráfico 1 por aqui]

[Gráfico 2 por aqui]

Em contrapartida, a taxa global de fecundidade (TGF) tem sofrido poucas alterações nos últimos 50 anos. Ela diminuiu lentamente de cerca de 7,1 filhos por mulher, em 1950, para 5,7 filhos, em 2007, e sofreu um ligeiro aumento para 5.9 filhos em 2011 (Gaspar, 2002; INE, 2010; INE & MISAU, 2013). Como a contribuição da migração para o crescimento populacional em Moçambique é relativamente baixa (Arnaldo & Muanamoha, 2013), a fecundidade tem sido a variável demográfica chave na dinâmica demográfica moçambicana. Uma análise da dinâmica

demográfica de vários países da África subsaariana, baseada dos dados das Nações Unidas, colocou Moçambique entre os 10 países onde a fecundidade tem maior contribuição absoluta no crescimento populacional (Andreev, Kantorová, & Bongaarts, 2013). As altas taxas de analfabetismo, sobretudo das mulheres, o início precoce da actividade sexual (e consequente casamento precoce) e o pouco ou nenhum uso de métodos de planeamento familiar, tanto dentro como fora das uniões estão entre os principais factores que contribuem para a manutenção de níveis elevados de fecundidade (Arnaldo, 2013).

O nível de educação, sobretudo da mulher, é um dos principais determinantes da fecundidade, ao retardar o casamento e início da procriação e aumentar o uso de contracepção. A taxa de analfabetismo diminuiu de 93% em 1975, quando o país alcançou a independência, para 50.3% em 2007, com importantes diferenças por sexo: em 2007 a taxa de analfabetismo dos homens foi de 35% e a das mulheres 64% (INE, 2000, 2013b).

A idade mediana do início da actividade sexual nas mulheres é de 16 anos e a do início da procriação 19 anos (INE & MISAU, 2013). Cerca de metade das mulheres de 15-19 anos estão em união e a idade média à primeira união aumentou em apenas 1 ano ou 6%, passando de 17,5 anos em 1980 para 18,6 anos em 2007. Como resultado da pouca alteração verificada na idade de entrada à primeira união, as mulheres iniciam a procriação muito cedo: segundo os dados dos três IDSs (1997, 2003 e 2011) 40% das mulheres 15-19 estão grávidas ou são mães e entre as mulheres entre 18 e 24 anos, cerca de 10% já são mães aos 15 anos e 56% já o são aos 18 anos (Arnaldo *et al.*, 2011; INE & MISAU, 2013).

O uso dos métodos de planeamento familiar é muito baixo. De acordo com o IDS 2011, apenas 11,3% (7,4% nas áreas rurais e 21,1% nas urbanas) das mulheres em Moçambique usam algum método moderno de planeamento familiar e 29% tem demanda não satisfeita de contracepção, isto é, um terço das mulheres sexualmente activas, que não estão a amamentar nem em amenorreia pós-parto e que não pretendem ter filho ou outro filho num futuro próximo, não estão a usar nenhum método para evitar a gravidez (INE & MISAU, 2013).

Tendo em conta que a transição demográfica é a condição necessária, embora insuficiente, para a materialização e capitalização dos prospectos do dividendo demográfico, é importante reter que no modelo de transição demográfica a fecundidade geralmente decresce após significativo declínio da mortalidade. Assim, no contexto Moçambicano, não se pode excluir a possibilidade de a elevada fecundidade estar também associada aos ainda elevados níveis de mortalidade, sobretudo infantil. Pelo facto de estar no estágio inicial da transição demográfica, Moçambique tem potencial apreciável para materializar e capitalizar o dividendo no futuro.

As mudanças na estrutura etária e possibilidade de dividendo

A estrutura etária da população moçambicana é jovem (Gráfico 3). Caracteriza-se por uma base larga devido à elevada proporção da população jovem e um achatamento no topo devido à uma menor proporção da população idosa. Nos últimos 50 anos esta estrutura terá conhecido alterações ligeiras, em consequência das dinâmicas demográficas que se observaram. No entanto as projecções dos indicadores demográficos sugerem que as mudanças na estrutura etária poderão ser mais pronunciadas num futuro próximo. Para Bloom *et al.* (2007), Moçambique é um dos países que, com base na projecção demográfica e actual base institucional, tem potencial para se beneficiar do primeiro dividendo demográfico nos próximos 20 anos.

[Gráfico 3 por aqui]

Porém, a materialização e a capitalização deste primeiro dividendo demográfico dependerão necessariamente de investimento no planeamento familiar, na educação e no aumento da sobrevivência das crianças para acelerar o declínio da fecundidade e de um quadro político-institucional favorável que crie condições para capitalizar o dividendo (Graff & Bremner, 2014). Na análise de Choi (2013) sobre os prospectos do dividendo demográfico em alguns países da África subsaariana, incluindo Moçambique, é sugerida que a janela de investimento inicial para capitalizar o primeiro dividendo demográfico em Moçambique terá iniciado em 1984. Contudo, Choi (2013) enfatiza que Moçambique pertence ao grupo dos países africanos entre os quais se prevê que a transição demográfica se arraste até por volta do ano 2050. Assim, sugere-se que 1994 poderá ter sido o ano ideal para o início de incremento do investimento nas áreas da

educação e da saúde. Em virtude deste atraso na transição demográfica, só por volta do ano 2050 a razão de dependência atingirá níveis relativamente baixos, rondando os 60% (Gráfico 4).

Assumindo que a transição demográfica não irá experimentar atrasos maiores ou estagnação, Moçambique poderá entrar na janela do primeiro dividendo demográfico por volta de 2050. É importante, neste ponto, lembrar que o primeiro dividendo demográfico, aquele que é resultante da redução da razão de dependência em virtude do início e avanço da transição demográfica tem carácter transitório. Portanto, Choi (2013), estima que a janela de oportunidade para Moçambique materializar e capitalizar o primeiro dividendo dure aproximadamente 50 anos, abrindo-se por volta de 2050 e encerrando-se por volta 2100.

[Gráfico 4 por aqui]

Análises sobre os efeitos económicos positivos do primeiro dividendo demográfico para países como Moçambique indicam que tanto a redução da fecundidade assim como a redução da razão de dependência podem ter impactos extremamente positivos sobre o crescimento económico. A combinação do crescimento populacional e do aumento da população economicamente activa capta a forma como a mudança da estrutura etária da população poderá impulsionar o crescimento económico. Contrariamente à taxa crescimento populacional, cujo efeito no crescimento do rendimento per capita é geralmente negativo, a taxa de crescimento da população economicamente activa tende a ter um efeito positivo (Bloom, Canning, & Sevilla, 2003). Em Moçambique, embora em termos relativos e devido à manutenção de níveis elevados de fecundidade, o peso da população em idade de trabalhar se tem mantido por volta dos 50% (Gráfico 5), em termos absolutos esta população triplicou nos últimos 50 anos, passando de 3.5 milhões em 1950 para 12.3 milhões em 2010 (United Nations, 2013). As projecções para os próximos anos indicam que esta população continuará a crescer a um ritmo elevado, podendo atingir cerca de 30 milhões em 2040 (Gráfico 6). Com a projectada diminuição da fecundidade nos próximos anos, o peso da população em idade activa na população total irá aumentar em comparação com o peso da população dependente. Com efeito, a razão entre estes dois

segmentos populacionais passara de 1.0 em 2010 para cerca de 2.0 por volta de 2090 (Gráfico 7).

Contudo, o aumento absoluto deste segmento populacional nos próximos anos, vai criar considerável pressão sobre a capacidade da economia em absorver toda a demanda por emprego, sobretudo o primeiro emprego. Arnaldo & Muanamoha (2013), baseando-se nas taxas de desemprego total e por idade e sexo do Inquérito Integrado a Força de Trabalho de 2004/5 e nas taxas de actividades registadas pelo Censo de 2007, estimaram que, em média, seriam necessários anualmente cerca de 300 mil novos postos de trabalho para absorver a demanda por novos empregos como consequência do crescimento da população economicamente activa. Tendo em conta o aumento das taxas de desemprego¹, de acordo com os resultados do Inquérito Continuo aos Agregados Familiares (INCAF 2012) (INE, 2013a), a demanda anual por novos postos de trabalho pode ter aumentado consideravelmente.

[Gráfico 5 por aqui]

[Gráfico 6 por aqui]

[Gráfico 7 por aqui]

Na análise demográfica a mera redução da fecundidade pode ter múltiplos efeitos positivos na melhoria do bem-estar dos agregados familiares em Moçambique: a redução da fecundidade tem efeito na redução do tamanho do agregado familiar e famílias menores tende a escapar da pobreza mais facilmente e alcançar elevados níveis de escolarização; a redução da fecundidade pode elevar a participação da mulher na força de trabalho e portanto elevar os níveis de produção e/ou produtividade da economia (Cleland, 2012). Entretanto os canais e mecanismos pelos quais as mudanças demográficas em Moçambique se poderão traduzir em crescimento económico e bem-estar social precisam de ser criados de forma consciente.

¹ As taxas de desemprego estimadas pelo INCAF 2012 são de 19.9% para os homens e 24.6% para as mulheres, contra 14.7% e 21.7%, respectivamente, estimados pelo IFTRAB 2004/5.

Desafios para alcançar o dividendo demográfico em Moçambique

O dividendo demográfico é uma oportunidade transitória e ímpar criada pela transição demográfica, porém a materialização e a capitalização deste bônus transitório depende estritamente de como cada país se prepara antecipadamente para tirar proveito desse momento ímpar da sua evolução histórica (Eastwood & Lipton, 2011). Cleland (2012) estatui que é imperioso que países como Moçambique acelerem a transição demográfica ao mesmo tempo que invistam massivamente na saúde e na educação técnico profissional de modo a assegurar um capital humano com potencial produtivo. Portanto, por um lado o país deverá envidar esforços para concretizar um processo de transição demográfica sustentável e por outro lado, providenciar formação adequada a sua crescente força de trabalho que resultará da transição.

De acordo com Wazir, Goujon, & Lutz (2013), a educação da força de trabalho é fundamental para estimular o crescimento económico porque as perspectivas de sua participação no mercado de trabalho dependem da sua formação. Ter uma força de trabalho bem treinada é crucial para o crescimento económico, sobretudo porque a formação está relacionada com a habilidade de absorver e usar novas tecnologias. Analisando a relevância da educação da força de trabalho nos prospectos do dividendo, Cuaresma *et al.* (2014) concluem que a educação é de tal sorte preponderante que, factualmente o dividendo demográfico pode ser considerando na essência um dividendo educacional.

Atentando o caso de Moçambique, constata-se que parte substancial da força de trabalho não tem formação; dados estatísticos do censo de 2007 são consistente com esta conjectura e estatuem que cerca de 40% da população em idade activa não tinha nenhum nível de ensino e apenas 15% tinha um nível acima do primário (Gráfico 8). Portanto, no que diz respeito aos materialização e capitalização do primeiro dividendo demográfico, a constituição duma força de trabalho com formação relevante constitui indubitavelmente um sério desafio em Moçambique.

[Gráfico 8 por aqui]

Cleland (2012:12) enfatiza que o primeiro assim como o segundo dividendos demográficos não são uma garantia de melhoria do padrão de vida das sociedades; os efeitos duradouros dos dividendos sobre o bem-estar da sociedade dependem de políticas económicas que forem consideradas e implementadas; por seu turno Pool (2007:34) chama atenção que para os países pobres cujo o potencial do primeiro dividendo demográfico é significativo a materialização e capitalização deste dividendo dependerá de como estes países farão a gestão dos seus constrangimentos económicos situacionais. Pool (2007), realça, por exemplo, que embora um boom mineral possa mudar a sorte dos países instantaneamente os efeitos benéficos da mudança da estrutura demográfica sobre o crescimento económico devem ser cuidadosamente planificados.

Considerando a eventualidade da crescente força de trabalho que resultará da transição demográfica, poder ter acesso a formação, a questão-chave é aquela que já foi colocada anteriormente sobre a pressão que está vai, certamente exercer sobre a capacidade da economia em absorvê-la no mercado laboral. Cleland (2012) sugere que num contexto onde a maioria da população economicamente activa esta concentrada no sector informal, tal como é o caso de Moçambique, a intensificação da agricultura de pequena escala e o agro-processamento podem ser vias importantes para explorar a capacidade produtiva da sua força de trabalho. Mais ainda, segundo Cleland (2012), o rápido crescimento urbano em curso nos países subsaarianos a indústria ligeira e de mão-de-obra intensiva pode ser outra alternativa para absorver a capacidade produtiva da sua mão-de-obra crescente.

Contudo, Olsen (2012) refere que tendo em conta que a economia da vasta maioria dos países da África subsaariana é de base maioritariamente informal, a criação de postos de emprego produtivos e decentes para um crescente número de jovens com educação formal e propensos a migrar pode não ser atingida com políticas a nível interno de cada país e isoladamente. Esta autora sugere que, é crucial adoptar perspectivas regionais que incrementem a flexibilidade e a mobilidade de circulação de mão-de-obra, isto é, facilitar a migração de trabalhadores com qualificação, de modo equilibrar a procura e oferta de mão-de-obra ao nível do mercado de laboral regional.

6. Conclusão

A população de Moçambique vai continuar a crescer a um ritmo elevado, pelo menos no futuro próximo. Mesmo considerando a variante mais optimista no que se refere a redução do nível de fecundidade, a população de Moçambique aumentara significativamente dos cerca de 25 milhões actuais para 45 milhões em 2040 e 75 milhões em 2100 (United Nations, 2013). Em 2007 a taxa de crescimento populacional foi de 2.5 % e é provável que se mantenha acima de 2.0% até ao ano 2050.

Com esta dinâmica de população projectada para Moçambique no próximos anos, a proporção da população em idade activa irá aumentar de 51% em 2007 para cerca de 60% em 2040. O quanto este aumento poderá ser vantajoso para o crescimento económico e bem-estar social devido ao aumento da população em idade activa e consequente diminuição da razão de dependência, dependerá largamente de políticas adequadas nas áreas de educação, saúde e emprego que deverão ser adoptadas para garantir uma formação adequada da força de trabalho e sua integração no processo produtivo do país.

Moçambique deve procurar avançar no processo de transição demográfica. Para tal, é necessário que se crie um quadro político e institucional adequado para promover a melhoria das condições de saúde da população contribuindo significativamente na redução da mortalidade, sobretudo na infância. Esta redução sustentada da mortalidade, acompanhada pelo reforço do programa de planeamento familiar que possibilite às mulheres, aos homens e aos casais o acesso aos meios e serviços para exercerem seus direitos reprodutivos irá acelerar a redução da fecundidade através da redução das gravidezes indesejadas e da maternidade precoce.

Entretanto, o início e avanço da transição demográfica, não se traduz automaticamente em dividendo demográfico. A literatura sugere que o investimento no desenvolvimento do capital humano é fundamental para assegurar que o número cada vez crescente da força de trabalho, resultante da redução da razão de dependência, seja adequadamente formada e capacitada para garantir a sua participação efectiva no mercado de trabalho (Bongaarts, Mir, & Mahmood,

2013). Um aspecto crucial na relação entre a formação do capital humano e dividendo demográfico, é investimento na educação da rapariga. Melhorar o estatuto da mulher na família e na comunidade e permitir-lhe tirar proveito das oportunidades de emprego tem impactos profundos. Além do impacto esperado na redução da fecundidade, pode se esperar uma contribuição maior da força de trabalho feminina no sector laboral.

Contudo e por fim, os prospectos da materialização e da capitalização do dividendo demográfico, dependerão necessariamente da criação de oportunidades de trabalho decente, seguro e produtivo para responder a uma demanda cada vez maior, sobretudo dos jovens recém-formados.

Bibliografia

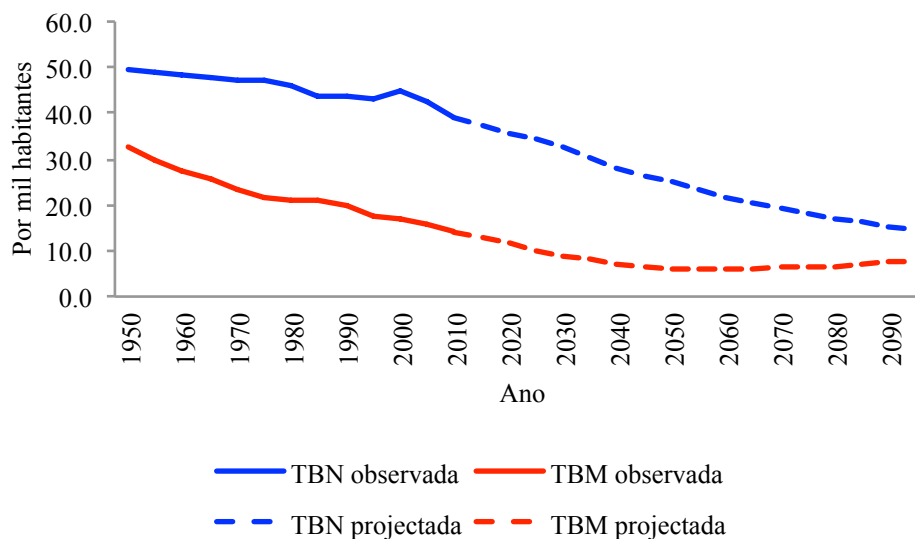
- Andreev, K., V. Kantorová, & J. Bongaarts. 2013. “Demographic Components of Future Population Growth.” *United Nations Population Division Technical Paper No. 2013/3*. United Nations. New York.
- Arnaldo, C. 2013. “Fecundidade em Moçambique nos últimos 50 anos: alguma mudança?” Pp. 37-60 in C. Arnaldo & B. M. Cau (eds.) *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde.
- Arnaldo, C. & R. C. Muanamoha. 2013. “Tendências e desafios do crescimento da população em Moçambique.” Pp. 7-35 in C. Arnaldo & B. M. Cau (eds.) *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde.
- Arnaldo, C., R. C. Muanamoha, I. Raimundo, R. J. Hansine, & F. A. César. 2011. “Crescimento Populacional e Desenvolvimento sócio-económico em Moçambique.” Maputo: Centro de Análise de Políticas e Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Bloom, D. E., D. Canning, G. Fink, & J. Finlay. 2007. “Realizing the demographic dividend: Is Africa any different?”. pp. 23 p.: [Cambridge, Massachusetts], Harvard University, Program on the Global Demography of Aging, 2007 May.
- Bloom, D. E., D. Canning, & J. P. Sevilla. 2003. “The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change.” <http://www.rand.org>.
- Bloom, D. E., S. Humair, L. Rosenberg, J. P. Sevilla, & J. Trussell. 2013. “A Demographic Dividend for Sub-Saharan Africa: Source, Magnitude, and Realization.” Institute for the Study of Labour (IZA), Discussion Paper, No. 7855 disponível em <http://hdl.handle.net/10419/90049>.
- Bloom, D. E. & J. G. Williamson. 1998. “Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia.” *The World Bank Economic Review* 12(3): 419-455.
- Bongaarts, J., A. M. Mir, & A. Mahmood. 2013. “Policies for Capturing the Demographic Dividend in Pakistan.” Pp. 91-100 in Z. A. Sathar, R. Royan, & J. Bongaarts (eds.) *Capturing the Demographic Dividend in Pakistan*. New York: The Population Council, Inc.
- Choi, Y. 2013. “Demographic transition in sub-Saharan Africa: implications for demographic dividend.” *Annual Meeting of the Population Association of America*. New Orleans. LA. April 11-13.
- Cleland, J. 2012. “Will Africa Benefit from a Demographic Dividend?”. Health & Education Advice & Resource Team. <http://www.heart-resources.org>.
- Cuaresma, J. C., W. Lutz, & W. Sanderson. 2014. “Is the Demographic Dividend an Education Dividend?” *Demography* 51(1): 299-315.

- Eastwood, R. & M. Lipton. 2011. "Demographic Transition in Sub-Saharan Africa: How Big Will the Economic Dividend be?" *Population Studies* 65(1): 9-35.
- Francisco, A. 2011. "A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique." *Revista de Estudos Demográficos* 49(1): 5-35.
- Gaspar, M. d. C. 2002. "Population size, distribution, and mortality in Mozambique, 1960-1997." Pp. 5-34 in A. Wils (ed.) *Population-Development-Environment in Mozambique: Background Readings*. Luxemburg: International Institute for Applied Systems Analysis.
- Graff, M. & J. Bremner. 2014. "A Practical Guide to Population and Development." Population Reference Bureau. <http://www.prg.org>.
- INE. 2000. *Panorama Sócio-Demográfico, 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 2010. "Projeções Anuais da População Total, Rural e Urbana, 2007 - 2040." Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 2013a. "Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares. Primeiro Ciclo 2012/13. Relatório do Primeiro Trimestre." Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 2013b. "Panorama Sócio-Demográfico de Moçambique." Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE & MISAU. 2013. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde - 2011*. Calverton, Maryland, USA: Ministerio da Saude, Instituto Nacional de Estatística & ICF International.
- Lee, R. D. & A. Mason. 2006. "Back to Basics: What is the Demographic Dividend?" *Finance and Development* 43(3): 1-9.
- Mason, A. 2007. "Demographic Dividends: The Past, the Present, and the Future." *Contributions to Economic Analysis* 281: 75-98.
- Olsen, A. S. W. 2012. "Demographic Window of Opportunity in Africa-and the Role of Migration." Danish Institute for International Studies (DIIS). Copenhagen, Denmark. Available at <http://www.diis.dk>
- Pool, I. 2007. "Demographic Dividends. Determinants of Development or Merely Windows of Opportunity." *Ageing Horizons* 7: 28-35.
- Ross, J. 2004. "Understanding the demographic dividend." Futures Group, POLICY Project 8. Disponível em <http://www.popline.org/node/240607>.
- Shapiro, D. & T. Gebreselassie. 2009. "Fertility Transition in Sub-Saharan Africa: Falling and Stalling." *African Population Studies* 22(2): 3-23.

United Nations. 2013. "World Population Prospects: The 2012 Revision, CD-Rom Edition. <http://esa.un.org/undp/index.asp>." New York: United Nations Population Division (Acedido em 08.04.2014).

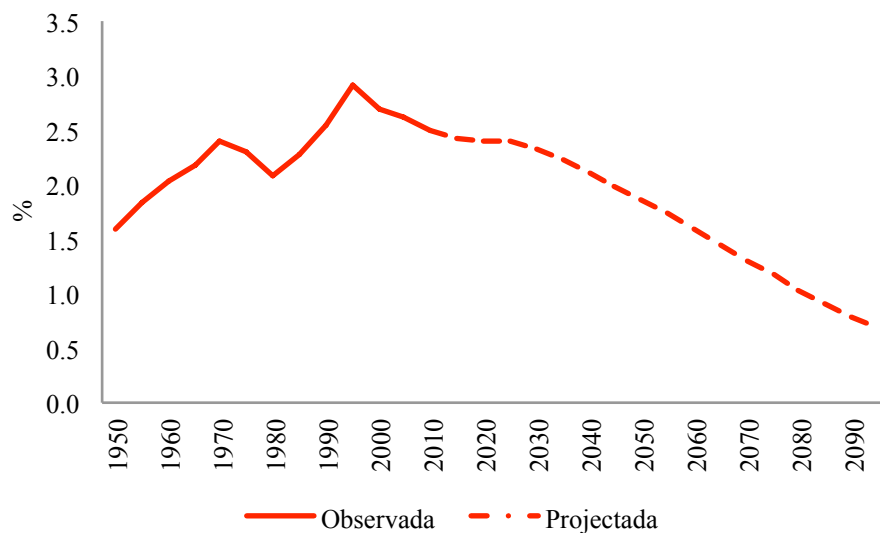
Wazir, A., A. Goujon, & W. Lutz. 2013. "Education and Population: Closely Linked Trajectories for Pakistan." Pp. 25-40 in Z. A. Sathar, R. Royan, & J. Bongaarts (eds.) *Capturing the Demographic Dividend in Pakistan*. New York: The Population Council, Inc.

Gráfico 1: Evolução das taxas brutas de Natalidade e Mortalidade, Moçambique 1950-2095



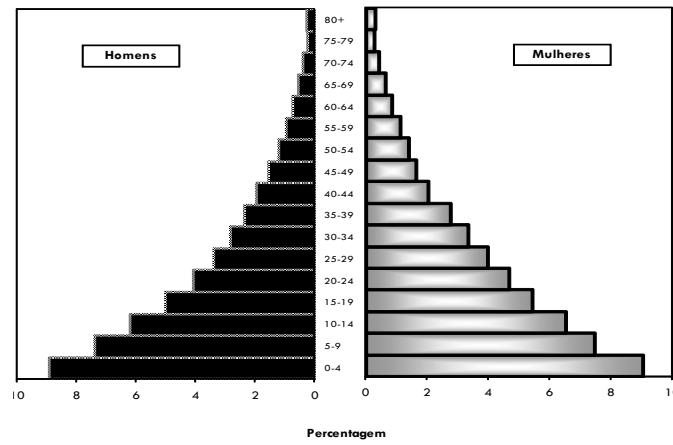
Fonte: United Nations (2013: Variante media). TBN-taxa bruta de natalidade; TBM- taxa bruta de mortalidade.

Gráfico 2: Evolução da taxa de crescimento populacional, Moçambique 1950-2095



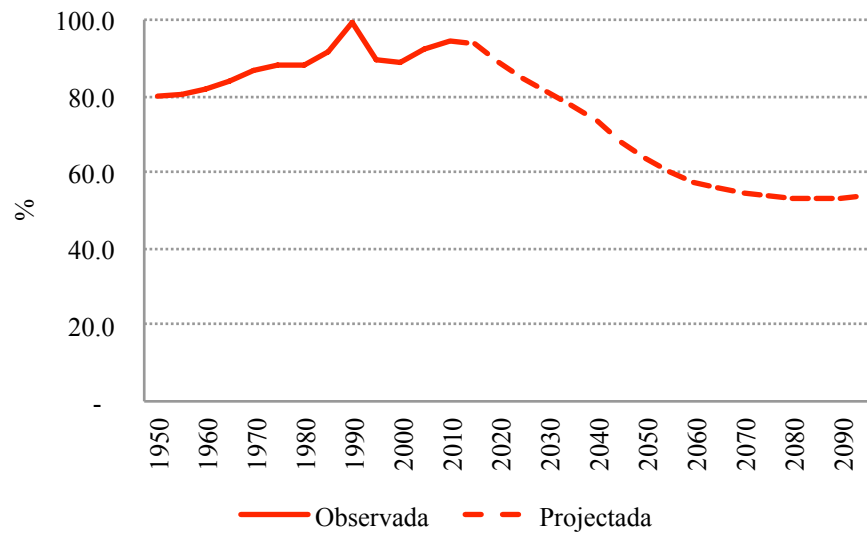
Fonte: United Nations (2013: Variante media)

Gráfico 3: Pirâmide etária da População de Moçambique, 2007



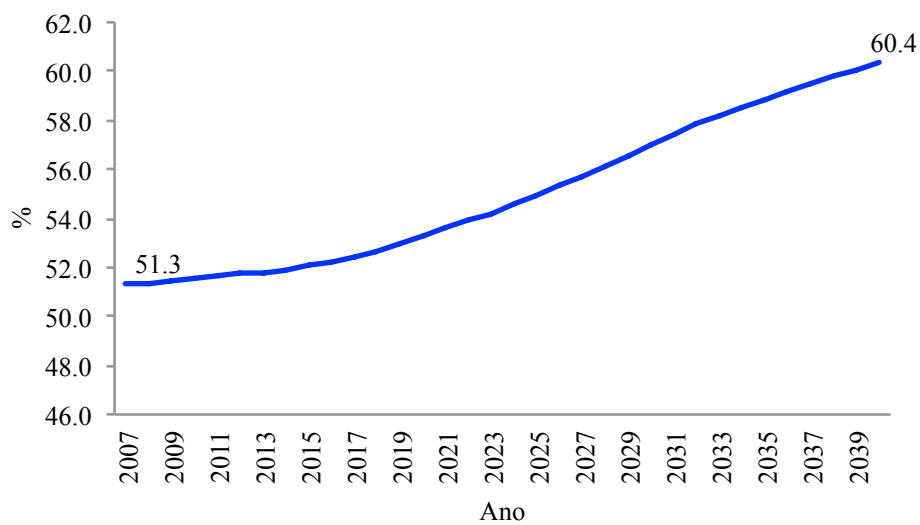
Fonte: Censo 2007.

Gráfico 4: Evolução da razão de dependência, Moçambique 1950-2095



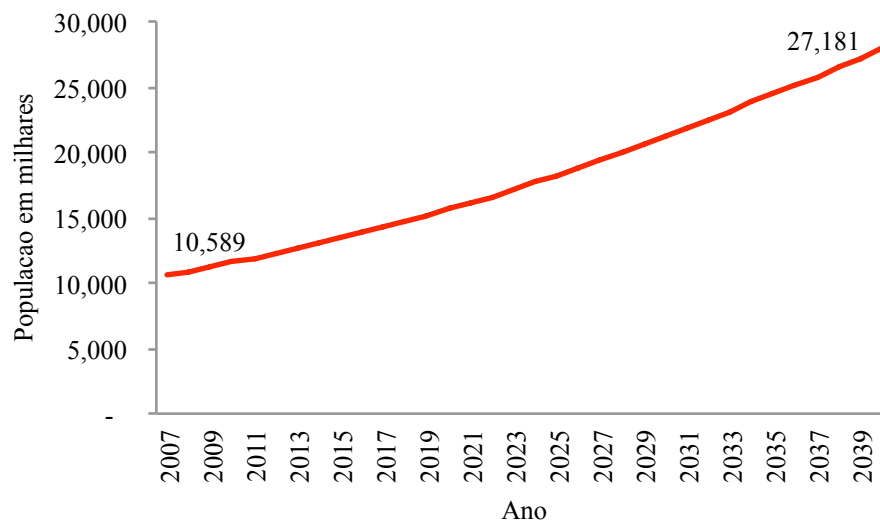
Fonte: United Nations (2013)

Gráfico 5: Evolução do peso da população em idade activa, Moçambique 2007-2040



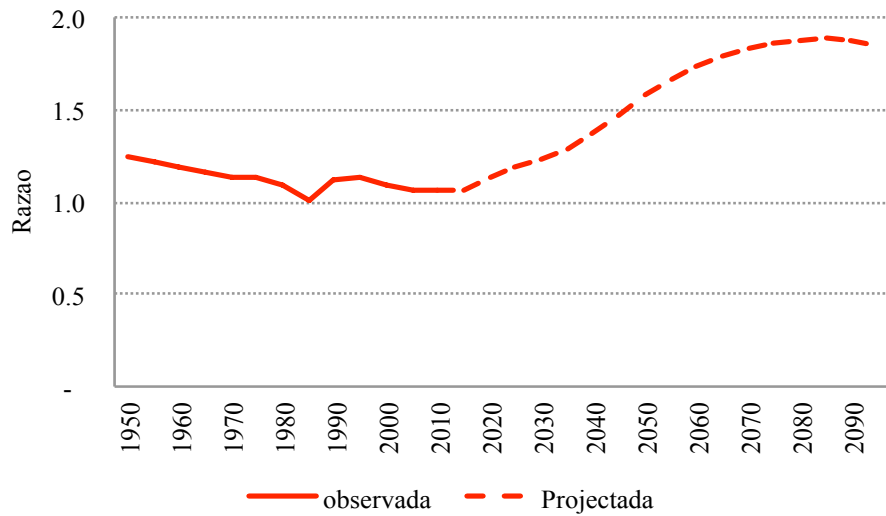
Fonte: United Nations (2013)

Gráfico 6: Evolução da população em idade activa, Moçambique 2007-2040



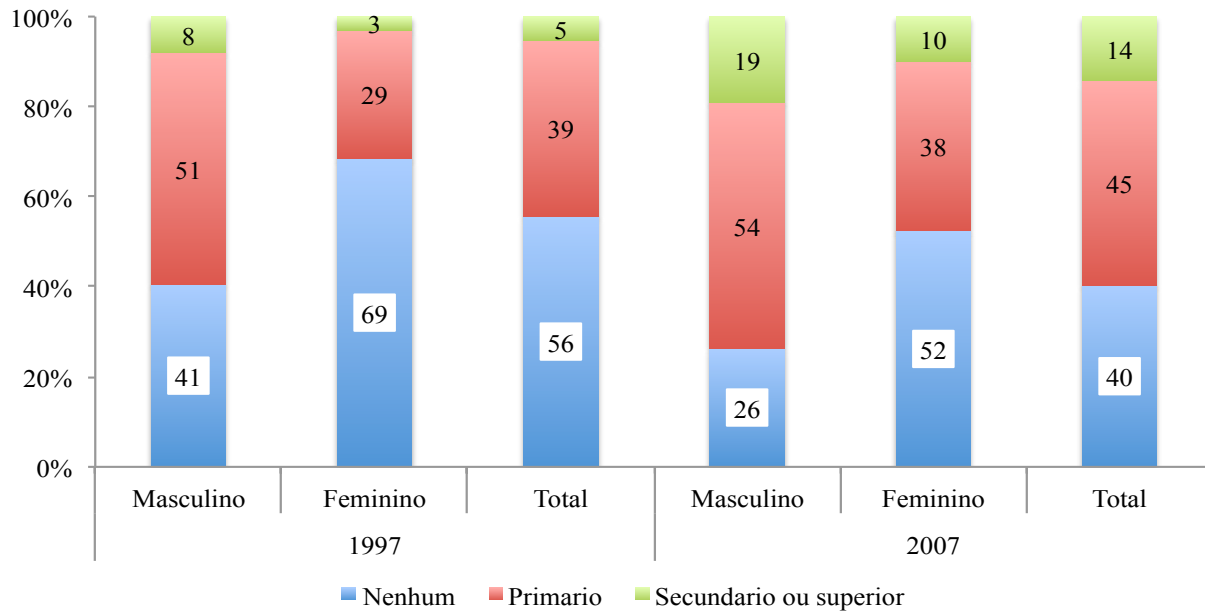
Fonte: United Nations (2013)

Gráfico 7: Razão população em idade activa por dependente



Fonte: United Nations (2013)

Gráfico 8: População em idade activa por nível de educação, 1997 e 2007



Fonte: Censos de 1997 e 2007.